



A incompreensão de David Harvey sobre a lei do valor de Marx¹

Michael Roberts
Economista (Inglaterra)

¹ Artigo publicado originalmente no blog *The Next Recession*. Tradução de Álvaro M. Siqueira. Revisão técnica de Leonardo Leite.

Resumo: O artigo de Michael Roberts faz parte de um debate mais amplo com o geógrafo marxista David Harvey acerca das distinções sobre as interpretações acerca da teoria do valor em Marx. O eixo da discussão gira em torno da acusação, feita por Roberts, de que Harvey acaba concentrando a questão do valor na dimensão do mercado, prefigurando uma exclusão da questão do valor-trabalho. Dessa forma, segundo o economista britânico, a leitura de David Harvey acaba criando uma visão subconsumista das crises do capitalismo.

Palavras-chave: 1. Karl Marx; 2. David Harvey; 3. Teoria do valor

Abstract: Michael Roberts' paper is part of a broader debate between him and Marxist geographer David Harvey, around the distinctive interpretations about the theory of value in Marx. The priority of this discussion is focused on the charge, made by Roberts, that Harvey ends up concentrating the matter of the value in the market dimension, which indicates an exclusion of the matter of the value of labor. That being said, according to the economist, the reading elaborated by David Harvey ends up creating a subconsumist vision of the crisis of capitalism.

Keywords: 1. Karl Marx; 2. David Harvey; 3. Value theory

“Cabe a vocês, leitores, decidirem: [Essa disputa] é como um debate medieval religioso sobre quantos anjos existem na cabeça de um alfinete; ou esse é um debate que realmente leva à algo que vale a pena saber?”

Recentemente, o professor David Harvey (DH) enviou um e-mail para várias pessoas, inclusive eu, anexando um curto artigo para discussão. O artigo esboça a visão de DH de que a teoria marxiana do valor nas economias capitalistas tem sido bastante incompreendida.

Caso você não saiba (o que é difícil), o professor David Harvey é provavelmente o estudioso marxista mais eminente da atualidade, com um conjunto de livros, artigos e vídeos educacionais sobre teoria econômica marxista publicados em seu nome. O curto artigo circulado expressa de forma sucinta a sua visão da teoria do valor marxista, que ele elaborou mais recentemente em seu último livro, *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI* (HARVEY, 2018).

No artigo, intitulado a *Recusa de Marx da teoria do valor*, DH argumenta que Marx não tinha, de maneira nenhuma, uma “teoria do valor-trabalho”. Sua teoria do valor era distinta daquela do economista clássico, David Ricardo. Ao invés disso, de acordo com DH, Marx argumentava que o valor era um *reflexo* do trabalho incorporado em uma mercadoria que

é apenas *criado/revelado* na troca de mercado. Como diz Harvey: “*se não há mercado, não pode haver valor*” (2020, p. 67). Se isto estiver correto, então é na realização do valor expresso no dinheiro que o valor emerge, não no processo de produção como tal.

DH então prossegue para argumentar que se os salários fossem comprimidos ao mínimo ou mesmo a nada, então não haveria mercado para as mercadorias e, portanto, não haveria valor – e essa é a “*a verdadeira raiz das crises capitalistas*” (Ibid., p. 67). Segue-se então que uma política para o capital evitar crises seria “*tanto a elevação dos salários como forma de garantir ‘consumo racional’ do ponto de vista do capital quanto a colonização da vida cotidiana como arena para o consumismo [...]*” (Ibid., p. 68). Essa é a consequência de uma correta visão da teoria do valor de Marx, segundo DH.

DH indica que essa interpretação da teoria do valor “*está muito além do que Ricardo tinha em mente e é igualmente distante da concepção de valor que geralmente se atribui a Marx*” (Ibid., p. 68). Ela certamente é. Mas DH está certo em sua interpretação da teoria do valor de Marx e, mesmo que esteja, essa interpretação tem qualquer validade empírica? Eu responderia ambas as perguntas com: ‘no’, ‘non’, ‘nein’, para usar as três línguas mais conhecidas por Marx.

DH começa dizendo que

“Acredita-se amplamente que Marx teria incorporado e adaptado a teoria do valor-trabalho de David Ricardo como um conceito fundador para seus estudos sobre a acumulação do capital [e] posto que a teoria do valor-trabalho caiu, em larga medida, em descrédito, muitos se apressam em decretar soberbamente a consequente inutilidade das teorias de Marx como um todo”. (Ibid., p. 61)

Não fica claro a quem DH está se referindo aqui. Os economistas burgueses do *mainstream* claramente consideram a teoria

do valor de Marx como desmoralizada. Os marginalistas neo-clássicos há muito rejeitaram o conceito de valor-trabalho por rotulá-lo de ‘metafísico’. Economistas novos-ricardianos, pós-sraffianos, e pós-keynesianos, em particular, também são fortemente inclinados a rejeitar qualquer noção de ‘valor’ como uma mistificação ideológica.

Mas a maioria dos economistas marxistas está ciente da distinção entre as teorias do valor de Marx e de Ricardo. E a diferença não é aquela que DH diz ser, nomeadamente, que Ricardo tinha uma ‘teoria do valor-*trabalho*’ e Marx não. A diferença é que Ricardo tinha uma teoria do valor (de uso) baseada em ‘trabalho concreto’ (quantidades físicas de trabalho) medido em tempo de trabalho. A lei do valor de Marx estava baseada no ‘trabalho abstrato’ (valor mensurado pelo tempo de trabalho quando testado ‘socialmente’ no mercado).

Sob o capitalismo, a própria força de trabalho humano é uma mercadoria a ser vendida no mercado. De fato, essa é uma característica chave do modo de produção capitalista, onde a maioria não possui meios de produção e assim precisa vender sua força de trabalho para os detentores dos meios de produção. Então, assim como com outras mercadorias, o trabalho tem uma dupla propriedade. Por um lado, ele é trabalho útil, isto é, dispêndio de trabalho humano em uma forma concreta e para um fim específico; e com essa propriedade o trabalho cria valores de uso. Por outro lado, ele é trabalho abstrato, isto é, dispêndio de ‘força de trabalho’ humana desprovida de características específicas, que cria o valor da mercadoria na qual está representado. Dessa forma Marx fez a distinção entre trabalho e força de trabalho, uma distinção que é absolutamente crucial para entender a fonte do lucro.

Esse foi um grande avanço na lei do valor de Marx. O tempo de trabalho incorporado nas mercadorias que são compradas pelo trabalhador para a reprodução de sua própria vida e de sua família durante um dia é menor do que o tempo de trabalho que um trabalhador oferece de fato ao detentor do capital

durante o mesmo período. O resultado é que, para qualquer período dado, o trabalhador produz mais valor do que o salário equivalente, que é pago pelo proprietário do capital para o uso da força de trabalho. Essa diferença Marx chama de “trabalho não pago” e “mais-trabalho” – ou mais-valor. A teoria do valor de Marx sobre o trabalho abstrato expõe a natureza exploratória do modo capitalista de produção, ao passo que nem a teoria do trabalho de Ricardo nem a de Smith expõem.

DH menciona uma única vez (e de passagem) essa descoberta vital de Marx (i.e. trabalho abstrato) que distingue a lei de Marx da teoria do valor-trabalho clássica. E isso porque DH quer prosseguir com sua interpretação da teoria de Marx como aquela em que o valor é criado/realizado apenas na troca, e não no processo de produção através do uso da força de trabalho. DH diz que o valor é inicialmente considerado como um reflexo do trabalho (abstrato) social cristalizado nas mercadorias. Mas, “como demonstra Marx, enquanto norma reguladora na esfera do mercado, o valor só pode existir quando e onde a troca mercantil passa a configurar ‘um ato social normal’” (Ibid., p. 62). Então, sem dinheiro não há valor.

Sim, mas o valor de uma mercadoria ainda é o valor nela contido e expandido durante o processo de produção *antes* que ela chegue ao mercado. O valor é trabalho humano físico e mental despendido que, então, é abstraído pelo processo de produção social para o mercado. O valor não é uma criação do dinheiro – ao contrário. Dinheiro é a representação ou valor de troca do trabalho despendido, e não o inverso. Penso que Marx é claro nesse ponto crucial. Ele diz no Livro I de *O Capital*: “O valor das mercadorias é expresso em seus preços antes de elas entrarem em circulação, sendo, portanto, o pressuposto, e não o resultado desta última” (MARX, 2013, p. 233).

Murray Smith (2018), em seu *Leviatã Invisível*, oferece uma explanação concisa da diferença entre a lei do valor de Marx e a interpretação de DH. Marx disse que: “O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da me-

dida imanente de valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (MARX, 2013, p. 169) Smith comenta que isso

“certamente é inconsistente com a ideia de que valor pode ser criado no ato da troca. [...] É precisamente por que a troca efetiva um processo de ‘equalização de produtos do trabalho no mercado’ (isto é, envolve uma abstração real) que a produção orientada para a troca precisa levar em conta o fato de que o ‘trabalho fisiológico’ é tanto formador de utilidade [*utility-shaping*] quanto criador de valor [*value-creating*] – isto é, tanto concreto quanto abstrato ao mesmo tempo. Tentar argumentar que o valor é criado ‘não na produção mas na articulação de produção e circulação’ é uma noção repleta de pensamento circular e requer a maior ginástica mental para distrair [...] O problema com essa abordagem é que se alguém aceita que o trabalho entendido como abstrato não tem uma existência substancial separada da forma de valor, dinheiro, então os valores das mercadorias parecem estar completamente desprovidos de quaisquer determinações nas condições de sua produção, e o caminho está preparado para uma efetiva identificação entre valor e preço”. (SMITH, 2018, p. 76 e 115)

Em lugar disso, a lei do valor de Marx é baseada na visão de que o trabalho envolvido na produção de mercadoria produz valor, enquanto a troca o realiza na forma-dinheiro. É só por isso que Marx pode distinguir entre as quantidades de valor e mais-valor criados na produção de mercadorias, e as quantidades geralmente distintas realizadas através da troca.

Ao contrário da visão dos economistas neo-ricardianos e do *mainstream*, não existe ‘mistificação’ aqui. Valor é objetivo e real e não apenas expresso em dinheiro. A lei do valor de Marx, na qual o trabalho abstrato (medido em tempo de trabalho) explica o valor de troca e os preços, pode ser empiricamente validada.²

² Cockshott and Cottrell dividiram a economia em um grande número de setores para mostrar que o valor monetário do produto bruto desses setores se correlaciona estreitamente com o trabalho simultaneamente despendido

Existe razão por trás da interpretação de DH. Se o valor é criado apenas no momento da troca por dinheiro e ‘é o dinheiro que manda’, então será a demanda (efetiva) que irá decidir se o capitalismo pode acumular de maneira regular sem incorrer em crises. Para mostrar isso, DH descreve em detalhes o impacto da acumulação capitalista nas condições e padrões de vida enquanto os capitalistas se empenham para aumentar o mais-valor relativo através da introdução da maquinaria. Ele usa alguns exemplos gráficos fornecidos por Marx no Capítulo 23 do Livro I. DH enfatiza que a acumulação capitalista deseja minimizar o valor da força de trabalho – mesmo que ao nível da miséria. DH conclui que

“Se esse for um resultado típico da operação da lei capitalista da acumulação de valor então há uma profunda contradição entre condições deteriorantes da reprodução social e a necessidade do capital de perpetuamente expandir o mercado. Como assinala Marx no Livro II de O capital, a verdadeira raiz das crises capitalistas repousa na supressão dos salários e na redução da massa da população à condição de indigentes”. (HARVEY, 2020, p. 67)

Essa é uma teoria subconsumista das crises.

para produzir esse resultado bruto. Anwar Shaikh também fez algo parecido. Ele comparou preços de mercado, valores do trabalho e preços padrões da produção calculada a partir das tabelas de insumo-produto dos EUA e descobriu que os valores médios do trabalho se desviavam dos preços de mercado por apenas 9,2% e que os preços de produção (calculados em taxas observáveis de lucro) se desviavam dos preços de mercado por apenas 8,2%. Lefteris Tsoulfidis e Dimitris Paitaridis investigaram a questão dos desvios preço-valor usando a tabela insumo-produto do Canadá. Eles descobriram que para a economia canadense os resultados são consistentes com a lei do valor de Marx. E G. Carchedi (2018), em um artigo recente, mostrou que a validade da lei do valor de Marx pode ser testada com os dados oficiais dos EUA, que são preços monetários deflacionados de valores de uso. Ele descobriu que as taxas de valor e dinheiro se movem na mesma direção (tendencialmente para baixo) e acompanham um ao outro muito de perto.

Alguns pontos merecem destaque aqui. Primeiro, o Capítulo 23, chamado *A lei geral de acumulação capitalista*, não apenas se refere à pauperização da classe trabalhadora. DH deixa de fora um aspecto muito importante daquela lei geral: a tendência de elevação da composição orgânica do capital³. É isso que alavanca o mais-valor relativo, mas também é um fator chave na tendência de queda da taxa de lucro (desenvolvido no Livro III), “a lei mais importante da economia política moderna” (MARX, 2011, p. 626), que estabelece as bases da teoria marxiana das crises. DH ignora esse aspecto.

Mas DH vai além em sua interpretação subconsumista.

“O valor depende da existência, no interior de uma população de consumidores, de vontades, necessidades e desejos ca-
cificadas pela capacidade de pagar. [...] Também significa que a redução dos salários a quase nada será contraproducente à realização de valor e mais-valor no mercado. Tanto a elevação dos salários como forma de garantir ‘consumo racional’ do ponto de vista do capital quanto a colonização da vida cotidiana como arena para o consumismo são cruciais para a teoria do valor”. (HARVEY, 2020, p. 68)

Então DH argumenta que o capitalismo entra em crise por causa da supressão dos salários; então aumentar salários, garantindo “consumo racional”, proporcionaria a “capacidade de pagamento” e com isso o fim das crises.

Essa interpretação subconsumista da teoria marxiana das crises finalmente foi descartada – pelo próprio Marx – em sua famosa nota, no mesmo Livro II ao qual DH se refere:

“É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solven-

³ “A acumulação de capital, que originalmente aparecia tão somente como sua ampliação quantitativa, realiza-se, como vimos, numa contínua alteração qualitativa de sua composição, num acréscimo constante de seu componente constante à custa de seu componente variável” (MARX, 2013, p. 704)

tes. [...] Que as mercadorias sejam invendáveis significa apenas que não foram encontrados compradores solventes para elas [...]. Mas caso se queira dar a essa tautologia a aparência de uma fundamentação profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma parte demasiadamente pequena de seu próprio produto, de modo que o mal seria remediado tão logo ela recebesse uma fração maior de tal produto e, por conseguinte, seu salário aumentasse nessa proporção, bastará observar que as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém realiter [realmente] uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo. Já do ponto de vista desses paladinos do entendimento humano saudável e “simples” (!), esses períodos teriam, ao contrário, de eliminar as crises”. (MARX, 2014, p. 340. Grifos nossos)

Em minha visão, Marx rejeitava a lei do valor como DH a interpretar e a conclusão de [que] crises [são] causadas por uma incapacidade de pagar pelas “vontades, necessidades e desejos” das pessoas. Mas Marx pode estar errado e DH certo sobre a causa das crises. A evidência empírica, contudo, não favorece DH.

Deixe-me citar apenas três fatos. O primeiro é que o consumo dos trabalhadores não é o maior setor da “demanda” em uma economia capitalista; é o consumo produtivo de capital. A despesa ou produção interna bruta é uma medida da demanda anual por “vontades, necessidades e desejos”. Nos Estados Unidos, o consumo parece constituir 70% do PIB. Contudo, se você considerar o “produto bruto” que inclui o valor adicionado de todos os produtos intermediários não contabilizados no PIB, então o consumo é apenas 36% do produto total; o resto constitui a demanda do capital por peças, materiais, bens intermediários e serviços. O investimento dos capitalistas é o fator decisivo e motor da demanda, e não o consumo dos trabalhadores.

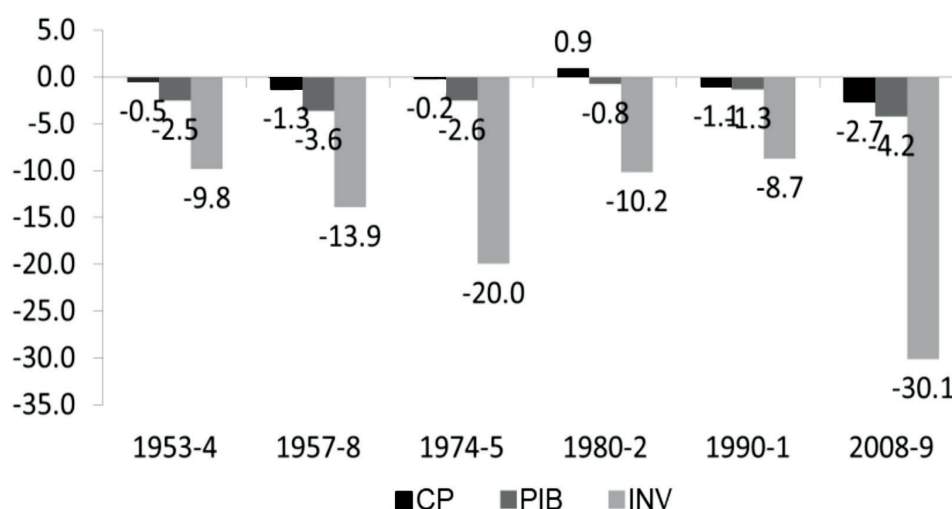
Isso é demonstrado no segundo fato. Se analisarmos as mudanças no investimento e consumo anteriores a cada recessão ou queda na economia Norte Americana do pós-guerra, descobrimos que a demanda por consumo teve pouco ou nenhum protagonismo em promover uma contração. Nas seis recessões

RÉPLICA

desde 1953, o consumo pessoal caiu menos que o PIB ou o investimento em cada uma dessas ocasiões e não caiu de modo algum entre 1980 e 1982. O investimento caiu de 8 a 30% em cada ocasião.

Gráfico 1

Variação percentual no consumo pessoal (CP), investimento (INV) e PIB em termos reais nos Estados Unidos (em %)



O terceiro fato está diretamente relacionado aos salários e a afirmação de DH de que aumentá-los ajudaria o capital. Carchedi (2018) descobriu que das 12 crises após a Segunda Guerra Mundial, 11 foram precedidas por aumento de salários e apenas uma por redução de salários (a crise de 1991). Isso confirma a visão de Marx (2014, p. 340) na nota do Livro II, citada acima.

A partir do curto artigo de DH eu concluo que seu objetivo é estabelecer um argumento de que as lutas de classes não estão mais centradas ou são decididas entre trabalho e capital no momento da produção do mais-valor. Ao contrário, no “moderno” capitalismo, ela [a luta] deve ser encontrada em outros lugares em seu “circuito do capital” que ele apresenta em seu último livro e em várias apresentações ao redor do mundo.

Para DH, é no momento da realização (i.e. sobre os alugueis, hipotecas, manipulação de preços pelas indústrias farmacêuticas, etc.) ou na distribuição (sobre os impostos, serviços públicos, etc.) em que se concentram agora os focos da luta de classes. Agora a luta de classes na produção é menos importante (ou mesmo inexistente).

Em minha visão, para defender isso DH apresenta nesse artigo uma série de confusões teóricas. Primeiro, Marx não tem uma teoria do valor-*trabalho*. Segundo, valor é apenas criado na troca (na realização). Terceiro, a taxa de lucro (ou mesmo o próprio lucro) é irrelevante para as crises: o que importa é o declínio do valor da força de trabalho ao seu mínimo (ou mesmo zero), de modo que trabalhadores fiquem incapazes de atingir suas “necessidades, desejos, etc”. Isso se converte em uma teoria subconsumista grosseira – mais grosseira que Keynes.

DH deliberadamente ignora a diferença (e dualidade) entre o trabalho concreto e o abstrato, e sua contraparte, o valor de uso e o valor de troca. A natureza dual do valor em uma mercadoria, como Marx descobriu, é reduzida por Harvey à falta de capacidade dos trabalhadores para adquirir seus valores de uso. Para DH o valor de uso (necessidades e desejos) é a chave, não o valor de troca nem o valor. **A teoria marxiana das crises (baseada no insuficiente mais-valor) é substituída por insuficientes valores de uso para trabalhadores como consumidores.** A sobre-acumulação é substituída por subconsumo. A luta de classes vem a ser não entre trabalhadores e capitalistas; mas entre consumidores e capitalistas ou contribuintes e governos.

Essa não é a visão de Marx. Toda essa abordagem é, principalmente, confusa para uma análise e estratégia de classe para a luta da classe trabalhadora.

Referências bibliográficas

CARCHEDI, Guglielmo. The old is dying but the new cannot be born: on the exhaustion of Western Capitalism. In: CARCHEDI, G.; Roberts, M. (orgs.). *World in crisis: a global analysis of Marx's Law of Profitability*. Chicago: Haymarket Books, 2018.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. A recusa de Marx da teoria do valor-trabalho. *Outubro*, n. 34, 2020.

Marx, Karl. *O capital: crítica da economia política, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política, Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SMITH, Murray. *Invisible Leviathan: Marx's law of value in the twilight of capitalism*. Leiden: Brill, 2018.